

IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO – CRISE DO SINDICALISMO

Alessandra Danielle Carneiro dos Santos Hilário⁹¹

SUMÁRIO: Introdução; 1. A questão do capital como determinante para uma nova realidade laboral; 2. A flexibilidade como instrumental do capital; 3. O toyotismo como modelo propulsor da reestruturação produtiva; 4. A captura da subjetividade operária pela lógica do capital como estratégia de coerção; 5. Consequências do complexo de reestruturação produtiva; 6. Crise do sindicalismo moderno e suas dimensões; 7. Considerações finais; Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da análise da ofensiva do capital, em estágio de mundialização, na organização do trabalho e da produção, explicitando a sua estratégia manipulatória conforme os interesses de lucratividade e maior produtividade. A lógica de valorização do capital e a ofensiva por ele efetivada caracteriza-se, primordialmente, pela busca de submeter a subjetividade do operário aos seus interesses, visando atingir um novo padrão de hegemonia do capital sobre a produção, principalmente e especificamente, na época da acumulação capitalista em escala mundial, em razão mesmo da globalização, além de encontrar abrigo e respaldo nas políticas neoliberais implementadas nos países capitalistas centrais e, mais especificamente, no Brasil, as quais objetivam proporcionar a desregulamentação e flexibilização das normas laborais como forma de garantir um menor dispêndio financeiro e comprometimento das empresas com os seus funcionários, e, desse modo, a redução dos direitos sociais, com o fulcro de perceber, em patamares graduais e progressivos, uma maior lucratividade na sua produção com a redução de seus custos. Os objetivos do capitalismo e a sua pressão exercida no mundo das relações de trabalho são considerados como ofensivas a esse mundo laboral, operando, progressivamente, danos e prejuízos a classe operária.

A análise da pressão do capital mundial sobre a produção e a classe operária será realizada tomando-se como base o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva, o TOYOTISMO, que se iniciou em 1980 e, mais precisamente no Brasil, na década de 90, no Governo Collor. O Toyotismo é um modelo de gestão implementado na fábrica automobilística Toyota e que se caracterizou pela inovação e implantação de técnicas de gestão de pessoal e produção, visando aumentar a produtividade e reduzir, ao máximo, as perdas na fabricação dos produtos, como forma de garantir uma maior lucratividade da empresa.

⁹¹ Advogada e mestranda em Direito Econômico pela Universidade Federal da Paraíba.

1 A QUESTÃO DO CAPITAL COMO DETERMINANTE PARA UMA NOVA REALIDADE LABORAL

É importante fazer um enfoque específico sobre a importância que o capital assumiu diante do novo e precário mundo do trabalho, pois, segundo Giovanni Alves⁹², as causas que debilitaram o mundo laboral e, especificamente, o sindicalismo, não têm origem apenas na luta de classes, mas, sobretudo, na provocação do capital à política sindical de esquerda e, por consequência, na renúncia política-ideológica do trabalho ao capital.

Desse modo, analisando a pressão e a influência do capital, conquanto considerado revolucionário constante dos meios de produção, impondo transformações nas condições produtivas, podemos enumerar alguns fatores que foram determinantes para que o capital agisse de forma manipulatória sobre a organização do trabalho, quais sejam: a reconstituição da base de valorização que se debilitou em razão da terceira revolução tecnológica, pressionando a lucratividade das corporações internacionais e da crise do welfare state, que era considerado obstáculo à usurpação capitalista; a concorrência capitalista mundial, que impulsionou, de forma vertiginosa, a busca incessante por maior lucratividade e produtividade, resultando em sérias e relevantes consequências para o mundo do trabalho; determinações políticas, em virtude de derrotas políticas sofridas pela classe operária nos países capitalistas centrais; políticas neoliberais, que promoveram a desregulamentação da concorrência e a liberalização comercial; e a adoção deliberada de políticas anti-sindicais.

Ainda no que concerne à influência do capital sobre todo o processo de alteração no mundo das relações do trabalho, explicitamos relevante assertiva do filósofo Claude Lefort citada por Júlio César do Prado Leite:

[...] o capitalismo atual está agindo no sentido de desmontar as conquistas sociais do Estado de Bem-Estar que vigorou em todo o mundo, mormente na Europa, nos anos 30 que se seguiram à Segunda Guerra, o que está levando a uma situação de exclusão de desfecho imprevisível. (MACCALÓZ, 1997, p. 28).⁹³

Os fatores supramencionados foram decisivos para efetivar uma forte pressão sobre a produção, surgindo a necessidade imposta pelo próprio capital, cujos agentes são as empresas, de se efetivar uma reestruturação no modelo de produção a fim de se adequar aos novos imperativos desse capital em fase global, e, desse modo, garantir a lucratividade e produtividade dessas empresas. Nesse Sentido, assevera Enoque Ribeiro dos Santos:

As empresas transnacionais e multinacionais, na verdade, têm sido os agentes ou motores do processo de globalização, no novo ciclo de expansão do capitalismo, agora sob alcance mundial... As empresas transnacionais provocaram o

⁹² ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Bomtempo, 2000. P. 18.

⁹³ MACCALÓZ, M. S. et al. Globalização, neoliberalismo e direitos sociais. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

embaralhamento do mapa cartográfico mundial. Elas passaram a alterar a cartografia geopolítica do globo, provocando tensões, ansiedades, rupturas, desigualdades nos e regiões e povos afetados, bem como oportunidades, alianças, crianças de blocos, etc.⁹⁴

Surge, então, um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo momento predominante é o Toyotismo, cujo modelo se compunha das tecnologias mais modernas e de políticas e técnicas de envolvimento do operário com a empresa e a produção, visando uma intensificação da produtividade e lucratividade, além de se caracterizar pela busca de uma produção enxuta.

Através desse modelo, permitiu se atingir um novo patamar de acumulação capitalista, de forma flexível, dadas as alterações que promove na classe dos trabalhadores, em escala planetária, do qual foram e são protagonistas as corporações transnacionais, por serem consideradas as agentes do capital e condutoras do complexo de reestruturação produtiva. Toda essa conjuntura, estabeleceu uma nova dimensão de poder do capital sobre o trabalho assalariado, submetendo-o aos seus interesses e princípios, resultando na debilitação do mundo do trabalho, com a flexibilidade nas relações de trabalho em razão da sanha de valorização do capital, gerando uma conjuntura de insegurança nos contratos de trabalho (emprego, renda, etc.) e na representação como novas formas de exclusão social.

2 A FLEXIBILIDADE COMO INSTRUMENTAL DO CAPITAL

A flexibilidade é tema bastante discutido na atualidade, principalmente, no contexto que estamos vivenciando, a globalização. É concebido como instrumento utilizado pelo capitalismo e globalização para efetivar a maleabilidade ou desregulamentação jus-trabalhista, com o fulcro maior de proporcionar que as negociações concernentes aos contratos de trabalho se restrinjam entre empregadores e empregados ou seus sindicatos, e, desse modo, excluir, paulatinamente, o Estado da disciplina, fiscalização e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores sob o pseudo argumento de conservação ou manutenção da relação empregatícia como direito maior a tutelar, desviando de foco o real interesse de implementar um maior descomprometimento sócio-financeiro da empresa com os seus funcionários, garantindo, nesse ensejo, lucratividade crescente.

Nessa vertente, o neoliberalismo vem como mola propulsora desse novo anseio de modelo, já que prega um estado não intervencionista, mas abstencionista, que outorga o poder de negociação, principalmente na área dos contratos laborais, às suas partes. Entretanto, não se pode deixar de mensurar que a flexibilidade atinge, como dito, vários setores dos contratos de trabalho, porém, no que concerne à economia formal, ou seja, às relações de trabalho estabelecidas formalmente. Contudo, quanto às relações de trabalho que circunscrevem o mundo da economia informal, é importante, destacar, que essas não têm limitações à amplitude da flexibilidade, já que se tratam de subempregos,

⁹⁴ SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O Direito do Trabalho e o Desemprego. São Paulo, LTr, 1999. P. 75-76.

nos quais a insegurança laboral é bem superior, e a parte hipossuficiente busca, mais veementemente, a manutenção do vínculo empregatício, já que se insere às margens dos contratos laborais formais.

A flexibilidade se circunscreve sobre os mais variados setores. No que concerne às funções, a flexibilidade demanda a variação do trabalho, fluidez das funções, mobilidade e versatilidade do trabalhador em todos os sentidos. Quanto à intensidade de trabalho, há a diminuição da jornada de trabalho, entretanto o aumento impositivo da produtividade, intensificação da produção em curto espaço de tempo, através da exploração da mão-de-obra.

Referente à flexibilidade como estratégia de acumulação de capital, ela se dá em duas dimensões: quanto à legislação, o aspecto de discussão é a flexibilidade nos contratos de trabalho, como variação de emprego, volume, salários, horários, local de realização do trabalho, etc.; quanto à regulamentação interna, diz respeito à representação sindical interna e sistemas de remuneração e recompensas.

Ainda nessa vertente, é de bom alvitre ressaltar que os termos flexibilidade e desregulamentação têm sido empregados como se sinônimos fossem, entretanto guardam diferentes sentidos e significados entre si, pelo que passamos a evidenciar sua diferenciação básica citada por Rogério Magnus Varela Gonçalves:

Com efeito, desregular mais se amolda à retirada da normatização estatal no que toca ao disciplinamento do contrato de trabalho, ou seja, seria a abstenção do Estado no que tange ao regramento das relações jurídico-laborais.

Voltar-se-ia no tempo e seria permitido o ajuste direto entre empregado e empregado. Sim, o Estado não mais teria a função de ditar os comandos jurídicos cogentes, caracterizados pela imperatividade absoluta e pela impossibilidade de sua revogação pela vontade dos particulares.

Flexibilizar, por seu turno, seria quebrar a rigidez da norma trabalhista. Seria um abrandamento do princípio protetivo do Direito do Trabalho, que é posto em favor dos hipossuficientes da relação de emprego, tudo com vistas a permitir que a legislação trabalhista não venha a impedir uma adequação do trato empregatício às vicissitudes sociais e econômicas.⁹⁵

3 O TOYOTISMO COMO MODELO PROPULSOR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O Toyotismo é o modelo de gestão de produção criado na fábrica Toyota, na década de 80, que incorporou em sua ideologia a gestão pelo controle de estoque, sistemas de qualidade total, entre outros mecanismos de racionalização do trabalho, como forma de adequar a empresa aos novos ditames de uma economia globalizada e mundializada, cujos imperativos são altas lucratividade e concorrência. Nesse sentido, o Toyotismo é considerado poder ideológico e estruturante através de suas técnicas e

⁹⁵ GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Direito Constitucional do Trabalho: aspectos controversos da automatização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003. p. 67.

métodos de gestão da produção, e, portanto, tido como o momento predominante da reestruturação produtiva no contexto da economia em escala mundial, conforme transcrito:

[...] o toyotismo conseguiu alcançar um poder ideológico estruturante considerável, passando a representar o ‘momento predominante do complexo de reestruturação produtiva [...]. Assumiu, a partir daí, a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornado-se valor universal para o capital em processo.⁹⁶

O Toyotismo, enquanto modelo de gestão de produção, tem o objetivo de incrementar a acumulação de capital por meio da intensificação da produtividade do trabalho, através da captura da subjetividade operária, como forma de manipular o consentimento operário e de romper a resistência laboral à valorização do capital. Esse modelo é adequado, sob a mundialização do capital, à base técnica do capitalismo com novas tecnologias microeletrônicas e nova estrutura de concorrência, além de agregar forte e relevante valor universal para o capital, em razão das próprias exigências desse no contexto global e da concorrência, bem como pelo fato de ter-se expandido em razão da fragmentação sistêmica, através das empresas-redes. Aliadas a essas razões, o valor que os princípios e práticas do toyotismo assumiram para o capital, como via de racionalização do trabalho adequada ao capital mundial, sendo adotados por várias corporações transnacionais em diversos países, inclusive o Brasil, assim como a possibilidade de fabricar produtos variados e diferenciados, sem a economia de escala e de padronização. A adequação à nova base técnica do capitalismo – a 3ª revolução industrial com o uso de tecnologia microeletrônica – exigiu novo e maior envolvimento e disposição do operário em cooperar com a produção, por isso a introdução de nova forma de gestão da força de trabalho através da administração participativa – sindicalismo de participação, programas de qualidade total, entre outros.

4 A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE OPERÁRIA PELA LÓGICA DO CAPITAL COMO ESTRATÉGIA DE COERÇÃO

No que se refere à relação que se estabelece entre o capitalismo e o operário, nessa fase de novo modelo de gestão da força de trabalho, e, portanto, de reestruturação produtiva, o toyotismo instaura um novo domínio do capital no que se refere à efetivação da imperatividade capitalista com o consentimento operário.⁹⁷

Essa captura da subjetividade operária não foi uma novidade implementada pelo toyotismo, pois o taylorismo-fordismo foram considerados os pioneiros na consecução da articulação entre coerção do capitalismo e consentimento operário, operando a submissão operária à lógica do capital, através do uso da força, pela tentativa de destruição do sindicalismo, e da persuasão, com oferecimento de incentivos como altos salários, benefícios sociais, etc. Entretanto, essa tentativa de submeter a subjetividade operária à lógica de produção pelo taylorismo-fordismo foi realizada de maneira formal, ou seja, foi efetivada, porém de maneira menos agressiva e que não

⁹⁶ Idem Ibidem n.2, p. 29.

⁹⁷ Idem Ibidem n. 2, p. 39.

envolvia a profundidade de mecanismos psicológicos de envolvimento e comprometimento do operário com a empresa e sua produção, o que o toyotismo buscou e busca implementar em seu modelo de gestão.⁹⁸

5 CONSEQUÊNCIAS DO COMPLEXO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O complexo de reestruturação produtiva operou e impulsionou a diminuição da classe operária industrial clássica, vinculada a velhas indústrias, no centro do complexo de produção de mercadorias, tendendo a ocultar a sua expansão periférica, ou seja, nas unidades de subcontratação e de serviços.

Várias são as causas que ensejaram esse decréscimo na classe operária do centro industrial, as quais especificamos a seguir: a) a economia do trabalho vivo (produção enxuta), pois a diminuição da classe operária industrial clássica no centro do complexo produtivo tem sua razão no predomínio da lógica da produção enxuta, através da qual se eliminavam os excessos, inclusive de pessoal.

Além desse fator, temos: b) a desindustrialização de importantes países capitalistas decorrente da realocização industrial, pela qual as indústrias tradicionais mudaram-se para países do terceiro mundo, como é exemplo a têxtil, calçados, etc., em razão de mão-de-obra barata e de inexistência de sindicato de tradição. Isso fez reduzir a classe operária tradicional.⁹⁹

Desse modo, como resultado desse processo de realocização industrial, surge: c) um novo proletariado industrial. Desenvolveram-se novas indústrias nos países capitalistas centrais que possuíam novo perfil da classe operária industrial, reduzida, qualificada e polivalente e parte de um estatuto salarial e contrato de trabalho precários. Esse processo de redução classe operária industrial também ocorre no terceiro mundo, especificamente o Brasil, terceiro mundo industrializado, com a tendência de adoção do toyotismo. À medida que o proletariado industrial se reduz, assume nova forma adequada e adaptada à nova realidade do complexo produtivo cujo capital domina.

Houve uma diferenciação entre o novo proletariado e a antiga classe, ocorrendo, ainda, alterações no trabalho industrial, que se traduzem na diferença de estatutos, salários e condições dos interesses imediatos dos operários que produzem forte impacto sobre a consciência de classe. Ocorre, a partir daí, uma cisão na estrutura da classe, dividindo-a entre núcleo produtivo e demais operários industriais. O Núcleo produtivo é composto por operários polivalentes, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos. O trabalho tende a ser mais intelectualizado e menos manual. Os demais operários industriais compõem o subproletariado tardio, que ocupam a periferia da produção, em sua maioria, com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores.

Outra consequência desse complexo de reestruturação produtiva foi a constituição de empresas-redes, processo de fragmentação sistêmica das corporações

⁹⁸ Idem Ibidem n. 2, p. 40.

⁹⁹ Idem Ibidem n. 2, p. 68.

transnacionais, que operou grandes e fortes impactos sobre a estrutura de classe, gerando a sua fragmentação. Essa fragmentação tem dois aspectos sociais: o desemprego estrutural e a subproletarização tardia.

No que concerne ao desemprego estrutural, várias são as razões apontadas como ensejadoras desse fato, quais sejam: a) a alteração conceitual de categoria de população excedentes, que assim não é mais considerada e sim excluída, pelos índices de desempregados e subproletariados em razão da impossibilidade de sua inserção na nova ordem capitalista; b) o crescimento de produção em oposição ao desemprego, pois o complexo de reestruturação produtiva ocasionou o crescimento vertiginoso da produção industrial, entretanto sem o incremento do emprego, em razão da crescente introdução de novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões de organização do trabalho que tendem a ser incapazes de absorver os trabalhadores assalariados a procura de emprego. A redução do emprego é vista como rentável para empresa; c) as políticas neoliberais, através dos princípios da desregulamentação e da liberação comercial, tendem a acentuar as desigualdades sociais, demonstrando que o emprego é também um problema político e não só econômico; d) surge um novo patamar de exclusão social composto não só pelos desempregados, mas pelos subproletariados tardios com empregos precários, salários inferiores e insegurança na relação laboral.

A subproletarização tardia surge não apenas em setores tradicionais da indústria e serviços, mas em setores modernos da produção capitalista. Constitui-se por trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários e subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores ou exteriores. Sua maior característica é a informalização nas relações de trabalho. Ainda nessa vertente, a subproletarização tardia é considerada como um aspecto dissimulado da nova exclusão social.

De maneira análoga ao que ocorre com a questão do desemprego estrutural, a subproletarização tardia também pode ser considerada, entre outros fatores, sendo esse um dos mais relevantes, como um resultado do processo de globalização, que foi responsável, como mencionado pela instauração e propagação do complexo de reestruturação produtiva com tecnologias modernas e baseado na lógica de economia de custos e busca por uma fábrica enxuta para se posicionar em um mercado internacional, sem barreiras, e por isso, extremamente competitivo. Aqueles que não se adaptaram a esse novo modelo de gestão da produção e da força de trabalho, foram descartados, passando a integrar a economia informal, sem contratos regulares de trabalho, em busca de sua sobrevivência.¹⁰⁰

6 CRISE DO SINDICALISMO MODERNO E SUAS DIMENSÕES

O Complexo de reestruturação produtiva, que fez surgir a constituição de um novo e precário mundo do trabalho sob a influência e pressão do capital global, gerou, como uma das causas principais, a debilitação estrutural do poder sindical e político da classe dos trabalhadores assalariados, ocasionando, por consequência, a crise do sindicalismo moderno.

¹⁰⁰ CORDEIRO, Wolney de Macedo. A regulamentação das relações de trabalho individuais e coletivas no âmbito do Mercosul. São Paulo: Ltr, 2000, p. 55.

Algumas causas ou razões podem ser elencadas como responsáveis pela crise e declínio do poder sindical. O novo complexo produtivo permeado pela fragmentação de classe é cada vez mais resistente às intervenções dos sindicatos tradicionais, além de, conforme já exaustivamente mencionado, instaurar uma nova manipulação e hegemonia do capital sobre a produção, promovendo a captura e submissão da subjetividade operária pelo capital, fazendo debilitar o potencial estratégico de classe e contribuindo para posturas sindicais neocorporativas de cunho apenas propositivo, representando interesses setoriais e não mais de classe, atuando em cooperação com a empresa. As negociações levadas a cabo pelos sindicatos no contexto da reestruturação produtiva, pressupõem o abandono de estratégias sindicais de classe e de críticas ao controle do capital na produção, assumindo, de modo inverso, estratégias favoráveis ao capital, conforme Wolney Cordeiro.¹⁰¹

As dimensões da crise do sindicalismo se traduzem na incapacidade dos sindicatos de “preservar o seu poder de resistência de classe à sanha de valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho”¹⁰². São elas: dimensões socioinstitucional e político-ideológica.

A dimensão socioinstitucional da crise do sindicalismo se caracteriza pelo declínio nos índices de sindicalização e pela crise de representação de classe impulsionados pelos fatores a seguir expostos: A recessão decorrente de ajustes neoliberais levou ao corte de milhares de empregos de trabalhadores sindicalizados, levando à redução dos efetivos sindicais, bem como à limitação do poder sindical. A migração da força de trabalho dos setores industriais, decorrente da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e de uma nova rígida divisão do trabalho, em que havia maior concentração sindical, para os setores de serviços, onde o sindicalismo é raro. O crescimento do subproletariado tardio e sindicalismo, que são pouco suscetíveis à sindicalização. Uma proporção crescente de mulheres na composição da força de trabalho, cujo nível de sindicalização sempre se manteve abaixo dos homens. E, ainda, a insegurança no mundo do trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação, colocando os sindicatos na defensiva e enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação, reduzindo, por conseguinte, os níveis de sindicalização, consoante entendimento de Giovanni Alves¹⁰³.

A dimensão político-ideológica da crise do sindicalismo se caracteriza não somente pela queda nos índices de sindicalização, mas, sobretudo, pela expansão das estratégias sindicais neocorporativas, de cunho setorial, em que se abandona a consciência de classe em detrimento de práticas sindicais direcionadas à preservação de interesses representativos da classe vinculada à atividade que desempenha.

O compromisso sindical é, nesse momento, com as regras do jogo da economia de mercado. As ações sindicais se concentram apenas nas reivindicações profissionais, negociando estritamente o preço da força de trabalho. Há, nesse contexto, uma confusão ou comunhão de interesses dos trabalhadores com os da empresa. O novo perfil dos sindicatos contribuiu para a crise dos operários e partidos socialistas, promovendo a incapacidade de ação estratégica dos sindicatos.

¹⁰¹ Idem Ibidem n. 10, p. 59.

¹⁰² Idem Ibidem n. 2, p. 85.

¹⁰³ Idem Ibidem n. 2, p. 88.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, é de se notar a grande repercussão que teve e tem a globalização no mundo laboral, conquanto inauguradora de uma nova ordem econômica, sem barreiras, caracterizada pela busca incessante pelos lucros, através das empresas transnacionais, consideradas os agentes do capital, nessa escala mundial, e fundando-se na lógica da economia de custos, cujo princípio é a eliminação de todo o supérfluo e quaisquer gastos que possam influenciar um aumento do preço do produto final e venha a embarçar o seu posicionamento no mercado competitivo internacional. A globalização também tem grande destaque, especificamente no que concerne às relações laborais, em virtude de ter sido a propagadora do complexo de reestruturação produtiva, através do toyotismo, e que incorporou, em suas diretrizes, as exigências dessa nova economia capitalista, efetivando fortes e definitivos impactos no mundo do trabalho.

Paralelamente a esses fatos e como consequência direta dos mesmos, ocorre a debilitação do poder sindical proveniente da perda gradual e substancial da consciência de classe pelos empregados, em razão da necessidade primordial de manutenção do emprego, bem como fruto dos mecanismos de comprometimento e envolvimento dos operários com as empresas, minimizando ou até eliminando os conflitos de luta de classe e efetivando uma relação de cooperação entre empregado e empregador. Essa conjuntura desencadeou a perda do poder de barganha e negociação tão duramente conquistado pelos sindicatos, levando-os a assumirem perfil diverso que antes o caracterizava, limitando a sua atuação nas reivindicações de manutenção de empregos, irredutibilidade de salários ou sua redutibilidade, esmaecendo o seu caráter de sindicatos de oposição e de contradição ao capital, atingindo a própria estrutura das entidades sindicais, significando que essa crise não teria caráter conjuntural ou de finalidade, mas estrutural, operando mudanças nas bases político-ideológicas dos sindicatos.

Diante do exposto e nesse sentido, a indagação que se faz acerca dos entes sindicais é a seguinte: qual será a tendência dos sindicatos? Os sindicatos continuarão em posição de prostração ante as investidas agressivas do capitalismo, que visa tornar, cada vez mais, domável e explorável a força de trabalho? Ou reassumirão forças e serão capazes de se reestruturarem e impor um novo perfil de ação adequado à nova realidade mundial e econômica, sendo capaz de fazer frente às estratégias do capital mundial ofensivas às relações laborais e tomando uma nova direção de luta pela categoria de empregados como classe?

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000

CATHARINO, José Martins. Neoliberalismo e Seqüela: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização. São Paulo, LTr, 1997..

CORDEIRO, Wolney de Macedo. A Regulamentação das Relações de Trabalho Individuais e Coletivas no âmbito do Mercosul. São Paulo: LTr, 2000.
GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Direito Constitucional do Trabalho: aspectos controversos da automatização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

MACCALÓZ, Maria Salete... et al. Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O Direito do Trabalho e o Desemprego. São Paulo: LTr, 1999.